

INSPIRAÇÕES
APES ENTÃO

O CONCEITO DE RAÇA NO BRASIL

Maria Alzira Brum Lemos

Durante o período colonial – apesar da grande presença da mestiçagem nos planos étnicos e culturais – predominou no pensamento político português e brasileiro uma idéia das diferenças entre os seres humanos baseada na perspectiva religiosa. A principal oposição em que se apoiavam estas diferenças era a que existiria entre os cristãos, ou portugueses, e os indígenas, vistos como pagãos ou infiéis segundo o caso. Os mestiços seriam, segundo esta linha de pensamento, impuros frutos do pecado.

O pensamento religioso num primeiro momento e o iluminismo a seguir deram as chaves para a compreensão das diferenças dos portugueses com relação aos indígenas e às possibilidades de sua inclusão ou não no mundo ‘civilizado’. José Bonifácio de Andrada e Silva, por exemplo, utiliza em seus escritos a classificação de Lineu dos seres humanos em raças. Mas as raças são, neste caso, diferenças que não expressam uma diversidade na origem. Bonifácio advoga o monogenismo. Sua proposta com relação aos ‘índios bravios’ do Brasil é ‘civilizá-los’ e tal como propõe o projeto iluminista: por meio do progresso e das instituições, ainda que, claro está, isto não estivesse em oposição ao uso da força.

A partir da independência e sobretudo durante o Segundo Império, estas perspectivas foram dando lugar a outras em que a idéia de raça, fragmentada em uma série de conceitos, aparece como determinadora nas descrições do povo e da nação brasileiros. Durante a segunda metade do século XIX, com os debates em torno da abolição e das especificidades étnicas e políticas do Brasil, a questão das raças se transforma no principal referencial dos estudos de Antropologia, Psicologia e Sociologia – lugar que manteve na Sociologia e na Antropologia brasileiras até praticamente os anos 60 deste século – e do discurso político ‘nacionalista’.

Durante o segundo Império – numa certa linha de continuidade com a tradição portuguesa – havia entre as elites do país uma busca de identificação do Brasil como uma nação ‘européia’ por origem, cultura, organização político-educacional e, além disso, por vocação e destino. Na literatura romântica nacionalista a mestiçagem e as possíveis variedades étnicas aparecem idealizadas, alocadas em valores e narrativas europeizantes. Estas alocações

foram comuns no processo de formação dos Estados e das elites nacionais sul-americanas.

Dentro do país, no entanto, prevalecia a política de estabelecer as diferenças entre a parcela civilizada, aristocrática e superior da população – identificada à raça branca – e a parcela atrasada, não-civilizada e ‘inferior’ - identificada aos demais segmentos étnicos. Ou de reproduzir nas fronteiras do país a lógica do novo colonialismo, não mais apoiada em divisões religiosas, mas em hierarquias ‘cientificamente estabelecidas’ entre os povos ou raças.

Esta maneira de encarar a questão étnica se reflete nos modos de tratar os temas relativos às populações indígenas, à escravidão e à imigração tanto pelo governo como por boa parcela da intelectualidade. Para o historiador do segundo Império Francisco Adolfo de Varnhagen, sintonizado com teorias como as de De Maistre e com a Filologia de sua época, o uso das forças armadas contra os índios estaria plenamente justificada. Afinal se tratava de impor a civilização, a exemplo do que a “cristianíssima” França estava fazendo na Argélia com a guerra colonial. O próprio imperador Pedro II tornou-se amigo de Gobineau quando este esteve no Rio de Janeiro. Esta amizade rendeu uma longa correspondência sobre temas políticos, sociais, econômicos, etc..

A estada de Gobineau no Rio de Janeiro – onde esteve como chefe da missão francesa entre abril de 1869 e maio de 1870 – se fez acompanhar de trabalhos relativos à questão da mestiçagem no Brasil. Coerentemente com sua linha de argumentação, Gobineau previu a extinção futura da população brasileira. A causa desta extinção seria a mistura de raças.

Um dos argumentos mais comuns contra o tráfico de escravos era a manutenção das ‘matrizes européias’ da sociedade brasileira. Textos como o assinado pelo Visconde de Cairu, que justificava a necessidade da abolição do trabalho escravo para impedir que o Brasil se transformasse numa “negroland”, eram comuns. A política geral do país com respeito a temas como a colonização, a organização do trabalho e o desenvolvimento econômico encontra paralelo nas políticas colonialistas dos países europeus. As rebeliões populares de qualquer natureza eram pretexto para opor a elite ‘branca’ aos demais habitantes do país, que acabavam reprimidos em nome da ‘civilização’.

As idéias elitistas de Gobineau coincidem, mais que influenciam, com o pensamento político brasileiro da época. O incentivo à imigração foi uma deliberada política de ‘branqueamento e europeização’ do país. A iniciativa do governo de incitar à imigração maciça esteve ligada ao desejo de “modernizar” e tornar mais eficiente a produção rural e urbana. A fixação de europeus em áreas virgens do leste e do sul brasileiros, por exemplo, significava não apenas propiciar um desenvolvimento viável e pouco oneroso nestas regiões, mas também eliminar, de modo quase “natural”, os indígenas que ali viviam.

De qualquer forma, o pensamento hierarquizante sobre as raças se expressa em português, unido a formas tradicionais de pensamento sobre os povos colonizados, quase ao mesmo tempo em que assenta suas bases na Europa. Argumentos que misturam elementos da frenologia, das ciências naturais e da teoria das raças históricas aparecem em vários textos dos anos 70 e 80. Um exemplo da utilização destes argumentos é este texto de 1880 do intelectual português Oliveira Martins:

sarjado todo o Brasil por caminhos, terrestres ou fluviais, mosqueado de vilas perdidas pelas serras, a sorte infalível, embora distante ainda, dos selvagens é o extermínio, o acabamento. Assim ocorreu sempre que, frente a frente, se encontraram sobre a terra duas raças animais, humanas ou não humanas ... para conquista do solo ... Ainda hoje os filantropos ... acreditaram na possibilidade de conquistar para a civilização as raças indígenas ... Esse problema da aptidão das raças selvagens, do seu possível desenvolvimento social e intelectual, parece resolvido. Contra a afirmação de que o cérebro exíguo do índio podia, pela educação, engrossar como engrossa um músculo (Hawkshaw), depõem as observações antropológicas, mostrando-nos uma capacidade proximamente igual ente os homens pré-históricos e os atuais indígenas da Europa e América. Contra as patéticas opiniões de um Las Casas depõe o fato da incapacidade do índio para, motu proprio, sair da condição de caçador para a de pastor, menos ainda para a de agricultor; depõe o resultado dos aldeamentos, estéreis experiências que levaram apenas, por um caminho diverso, à mesma escravidão necessária, predecessora de uma extinção fatal ... Se o índio tem a fala, e por isso é homem, seu cérebro pesa pouco demais para poder atingir a capacidade de raciocinar, refletir e ter consciência ... Os diferentes tipos de homem formam uma hierarquia, diferentemente dotada; e entre o índio antropófago, entre o homem que engorda os filhos para os devorar e que os vende ... entre essas ínfimas raças humanas e os homens

superiores, há diferenças tão essenciais como entre elas e os tipos mais elevados de animais sem fala.

Os argumentos contidos neste texto se articulavam sobre informações de segunda mão, genéricas. Não expressavam nenhum tipo de observação ‘direta’ – ou de consideração enquanto ‘objetos’ – das etnias e de outros aspectos do panorama social do Brasil.

A entrada das raças em programas de pesquisa antropológica, sociológica e psicológica no Brasil é praticamente contemporânea ao texto de Martins. Esta se dá basicamente a partir de três núcleos intelectuais e ocorre no contexto em que se tratava de renomear o ser humano e a geografia brasileiros. A transposição dos estudos sobre o ser humano, a sociedade e a cultura do país para o campo da ciência ocorre em torno de três instituições: A Faculdade de Medicina da Bahia, o Museu Nacional (no Rio de Janeiro) e a Escola Militar do Rio de Janeiro. Nas duas primeiras esta transposição se opera apoiada no amplo quadro disciplinar da Antropologia.

O primeiro curso de Antropologia Física foi criado em 1877, no Museu Nacional do Rio de Janeiro, por Baptista Lacerda. Na mesma época, tomaram corpo na Faculdade de Medicina da Bahia as primeiras pesquisas sobre as populações negras do país, dirigidas por Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906). Nesta mesma faculdade foram feitos estudos sobre fenômenos culturais das populações negras e mestiças, enfatizando aspectos da religiosidade popular, entre os quais cabe destacar os de Raimundo Nina Rodrigues e Oscar Freyre (1882-1923).

Nestes dois centros de pesquisa, no entanto, não havia uma separação entre a Antropologia Física e a Etnologia – esta separação não ocorreria até depois da Primeira Guerra Mundial –, sendo que os trabalhos ali realizados utilizam indiscriminadamente como base teórica contribuições das duas disciplinas, junto a um emaranhado de saberes produzidos tanto no campo das ciências humanas como derivados de leituras históricas ou nacionalistas. A relação entre o clima e as culturas ocupa espaços privilegiados nestas análises, a partir da fusão e reelaboração de elementos da tradição, do determinismo ambiental, das teorias iluministas e do evolucionismo.

“Contribuições para o estudo das raças indígenas”, de Baptista Lacerda e Rodrigues Peixoto, que contém observações craniológicas dos índios botocudos, e “As raças humanas e sua responsabilidade penal”, de Nina

Rodrigues, são considerados como pontos de partida para o estudo das culturas e das etnias das populações indígenas, negras e mestiças no Brasil.

Tanto Lacerda quanto Nina Rodrigues prosseguiram seus estudos, o primeiro trabalhando sobre medidas do crânio e estudando o chamado 'homem dos sambaquis'; o segundo realizando inúmeros trabalhos na área que se poderia chamar de aculturação dos estudos de psicopatologia social. Nina Rodrigues publicou vários textos sobre a relação entre crime, loucura e Psicologia coletiva, chegando a atuar nas pesquisas sobre Canudos que se levaram a cabo na Faculdade de Medicina de Salvador, nos quais o movimento foi entendido enquanto uma "psicose coletiva".³⁸

Dito isto, cabe frisar que as teorias raciais surgidas no Brasil nas últimas décadas do século XIX foram construídas sobre diversas vertentes teóricas distintas e não se constituíram, exclusivamente, como contrárias à nacionalidade. Estas idéias são parte da estratégia contraditória de construção simultânea da elite e do povo como oposições conflitantes e complementares. As teorias sobre as raças visavam, muitas vezes, incluir a nacionalidade pela via de sua diversidade étnica no discurso da ciência, colocando-a num lugar "mais favorável" na hierarquia das raças ou das nações.